



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 10 DE DEZEMBRO DE 2001

Elas estão se reforçando. Por quê? Porque, como tentei dizer, vagamente, há pouco, na verdade, a própria natureza do Estado mudou muito. E o Estado, nos países em desenvolvimento, cada vez mais tem que ser capaz de desenhar e de implementar políticas públicas e não pode fazer isso sem ser em contato com a academia.

Às vezes, há um certo desconhecimento, que é recíproco, da academia, que não sabe muito o que acontece no Estado, e do Estado, que não sabe muito o que acontece na academia. Isso é muito freqüente.

Mas, hoje, os Estados nos países em desenvolvimento, pelo menos nos que chegaram ao grau de desenvolvimento do Brasil, da Índia, da China, da Argentina, do México, do Chile, enfim, e vários outros, dispõem já, dentro do próprio aparelho estatal, de uma sofisticação razoável, de agências de pesquisa, de institutos independentes, que estão dentro do governo mas são autônomos e têm, necessariamente, que recrutar na universidade, têm que ter contato com a universidade.

Além disso, crescentemente, existe essa noção de que o desenvolvimento – como eu disse, é um truismo – depende do conhecimento

também. Então, há uma preocupação, que é crescente, na direção de incentivar as pesquisas e o conhecimento.

No caso específico nosso, aqui do Brasil, criamos uma série de fundos de apoio à pesquisa que permitiram, de um ano para o outro, dobrar os recursos disponíveis para as pesquisas.

Como foi feito isso? Em certos setores onde houve privatização – por exemplo, o setor de telefonia –, as empresas pagam uma pequena taxa, com a qual financiamos não só a difusão, por exemplo, de computadores e sua ligação com a Internet nas escolas públicas do País, como financiamos também pesquisas. A mesma coisa no que diz respeito ao petróleo: a nossa empresa é estatal, mas existe competição e vêm empresas de fora que podem explorar petróleo e pagam uma taxa para a pesquisa. Existe todo um fundo sustentado por esses recursos para o financiamento de pesquisas em geologia, etc., etc.

Há os exportadores de *royalties*, de matérias de *royalties*, que pagam por uma questão de software ou coisas tecnológicas. Também há uma taxa e um Fundo chamado Verde-Amarelo, que são cores da bandeira do Brasil. É uma taxa. Evidentemente, os produtores não gostaram muito da idéia, porque de imposto ninguém gosta. Mas estão pagando um imposto razoável, e com esse imposto se financia a pesquisa também.

No total, creio que, a partir do próximo ano, vamos ter, mais ou menos, 1 bilhão de dólares – suponho que dólares, não estou seguro, é por aí – para pesquisa, para financiar a pesquisa.

Essas pesquisas não são feitas só na universidade. Pessoas das empresas, da universidade ou do funcionalismo público, agências do Governo, podem se qualificar para receber esses recursos. Isso tudo feito através de um sistema normal na vida acadêmica. Existe um comitê que faz a seleção. Não é burocrático, não é de Estado.

Então, hoje, já existe uma maior fluidez de recursos, que ainda é insuficiente. Sobretudo, o que existe é, no nível geral, um desconhecimento. Quer dizer, ao nível de imagem – aí, é um problema mais dos intelectuais do que dos pesquisadores –, há uma permanente formulação das coisas como se a universidade estivesse à margem e não fosse levada em consideração, como se a burocracia fosse a mesma de sem-

pre, burocrática por definição, má gestora e surda e cega ao desenvolvimento da ciência.

Essas imagens é que têm que mudar, porque as práticas já estão mudando.

Certamente. Não há dúvida de que essa é uma questão chave.

Na verdade, a questão chave, no ponto inicial para os países em desenvolvimento, não é sequer a distribuição de renda, é outra coisa – é a diminuição da pobreza. Isso não é a mesma coisa. Os países podem estar em um processo em que, ao mesmo tempo, há uma concentração de renda e uma diminuição da pobreza. Ou, ao revel, há uma desconcentração de renda e um aumento da pobreza.

Não quero especificar, porque sou o Presidente, senão, daria exemplos com países, especificamente, onde isso ocorre. O coeficiente de Gini melhorou, porque todos empobreceram – uns empobreceram mais que outros. E há países em que aumentou a concentração de renda, mas todos melhoraram – uns ganharam mais que outros.

Então, o nosso problema principal, a concentração de renda, é uma coisa enganosa. O ideal seria que houvesse, ao mesmo tempo, diminuição da pobreza e diminuição da concentração de renda. Mas o fundamental é a diminuição da pobreza. Isso é o fundamental. E digo isso tranquilamente porque, no Brasil, houve uma pequena desconcentração de renda e uma forte diminuição da pobreza.

De que maneira se diminuiu a pobreza, no nosso caso? Primeiro, com políticas de estabilização da moeda, acabar com a inflação. Isso, sozinho, produziu uma redução de quase 20 pontos percentuais, numa linha de pobreza definida, do número de pobres. A inflação tira dinheiro do pobre. A inflação é boa para os ricos e para o Governo. Os dois estavam muito bem com a inflação. Os ricos porque conhecem os mecanismos de salvar o recurso, o dinheiro, e o Governo porque usa os orçamentos à vontade e ninguém sabe quanto está pagando de imposto, nem coisa nenhuma. E o Governo sempre se equilibra com a inflação.

Mas quando se termina a inflação, os primeiros beneficiados são os mais pobres, porque eram os que mais perdiaram. Depois, pára de melhorar, porque já houve o efeito, isso não é *once for all*, não é um efeito

que se repita a cada ano. É importante manter o equilíbrio, a estabilidade porque, senão, volta a concentração de pobreza, aumentar a pobreza. Mas não é suficiente. Precisa de políticas específicas.

Aí, a questão é muito mais complicada. Primeiro porque é preciso definir qual é o alvo das políticas públicas a ser alcançado. E existe uma forte tendência a que as políticas públicas, nos países em desenvolvimento, beneficiem não os mais pobres, mas pobres que não são os mais pobres, em geral, a classe média.

Quando se vêem os dados, se verifica que há muito mais programas que se dirigem às classes média, média baixa, inclusive, do que propriamente à pobreza. É difícil definir programas que alcancem a pobreza, mas é possível fazê-lo.

Nós, aqui, estamos fazendo, no Brasil, o que chamo uma rede de proteção social. Não é o único país a fazer isso. Por exemplo, o Programa Bolsa-Escola. Nesse momento, nós já distribuímos 5 milhões de bolsas às famílias. Isso deve atingir uns 7 a 8 milhões de crianças.

Nós temos, nas escolas públicas brasileiras, 36 milhões de crianças no ensino fundamental. Trinta e seis milhões de crianças na escola pública brasileira. Isso corresponde a 97% das crianças em idade escolar, ou seja, quase todas as crianças brasileiras, hoje, estão na escola.

No começo de 90, havia, nas camadas mais pobres, apenas 75% na escola. Hoje, nas camadas mais pobres, 93%. Portanto, esses 3% que ainda faltam para chegar a 100% é dos mais pobres ainda. É preciso continuar trabalhando. Mas, de qualquer maneira, 97% das crianças estão na escola. Desses, se calcula que uma terceira parte pertencem a famílias cujo nível de renda, definido por algum critério, é abaixo do aceitável.

Então, estamos dando bolsas para todas as crianças que estiverem na escola e freqüentando pelo menos 85% das aulas, para as famílias cuja renda, definida de uma certa maneira, é menos do que metade de um salário mínimo *per capita*, qualquer coisa assim. Isso significa que em pouco mais de alguns meses todas as famílias que têm filhos em idade escolar estarão recebendo um auxílio do Governo – Governo Federal –, à condição de que as crianças estejam na escola.

Mas fazer com que isso chegue a essas crianças e a essas famílias é muito difícil, porque isso tem que passar pelos municípios. O Brasil tem 5.600 municípios, mais ou menos. E são eles que têm de dar a lista, o cadastro e, depois, têm de checar esse cadastro.

Criamos um sistema – e aí é a tecnologia a serviço do combate à pobreza – de um cartão magnético. Então, esse cartão é dado à mulher, à mãe de família, porque é mais confiável, para utilizar de forma adequada aquele recurso, para a criança estar na escola, do que o pai que, muitas vezes, bebe com o dinheiro. Não sempre. Vamos defender, pelo menos, algumas porções do nosso gênero. Mas mais confiável é a mulher. Então, nós damos à mãe e, na ausência da mãe, à irmã, na ausência, ao irmão ou ao pai. Mas enfim, é esse o mecanismo pelo qual se faz, sobretudo nas famílias mais pobres, nas quais, normalmente, a mãe é estável, e o pai, menos. É aí que se faz esse esforço. E essa pessoa, a mãe, vai diretamente a uma agência dos Correios, da ECT, ou uma agência da Caixa Econômica e recebe em dinheiro. Ou seja, não tem intermediação política – não tem o vereador, o deputado, o governador, o Presidente, ninguém. É uma forma de dar também cidadania.

Bom, dei o exemplo do Bolsa-Escola, mas nós temos em vários setores. Temos para a maternidade, para a questão da alimentação, para os mais idosos depois de 67 anos, para as crianças que estamos tirando do trabalho penoso.

No conjunto, isso significa o seguinte: cerca de 20 e poucos bilhões de reais, quer dizer, cerca de 10 bilhões de dólares estão sendo redistribuídos anualmente para os mais pobres. Esses 10 bilhões de dólares correspondem, *grosso modo*, ao Imposto de Renda sobre a pessoa física no Brasil. Apenas 4 milhões de pessoas no Brasil pagam Imposto de Renda sobre pessoa física, e disso resulta uma coleta de cerca de 10 bilhões de dólares. Isso é redistribuição de renda. Quer dizer, se toma dinheiro dos ricos e dos menos pobres e se dá aos mais pobres. Os efeitos desses programas são de longo prazo. Mas eles estão montados.

Então, acho que é necessário, é importante. A pergunta feita pelo representante da Índia é muito significativa. Não basta ter democracia sem que haja uma redistribuição substancial da renda. Não diria que a

daqui, a nossa, é substancial. Mas, pelo menos, as sementes de um Estado de bem-estar social estão sendo plantadas.

Eu costumava dizer que, no Brasil, tínhamos um Estado do mal-estar social, que era um Estado burocrático, grande, inerte e que tomava dinheiro dos pobres, via inflação, para dar para os ricos.

Agora, estamos pelo menos revertendo esse processo. E não é só o Brasil. Há um esforço grande nessa direção em vários países pelo mundo afora.

E tem toda razão: se não houver uma substancial redistribuição de renda, dificilmente haverá o desenvolvimento, na acepção de Amartya Sen, porque não há escolha nenhuma possível, como já disse aqui, na pobreza.

Obrigado.

Na verdade, a integração com o Nafta é uma integração já realizada, em grande parte. É um acordo comercial que está em marcha. Para não falar na União Européia, onde já existe até o euro como símbolo da união aduaneira e tudo o mais.

A experiência do Mercosul é mais modesta do que isso. É uma experiência que visava, como visa ainda, a algo mais amplo do que simplesmente um acordo comercial. Visava, e visa, a uma união aduaneira. Temos uma tarifa externa comum. Isso implica que os países ligados pelo Mercosul não podem colocar tarifas independentemente uns dos outros. E tem uma marcada vocação política no sentido de querer que, realmente, haja uma integração que seja cultural, uma integração em termos de facilitação do trânsito de pessoas, do trânsito de capitais, etc., etc.

Agora, é inegável que, no nosso caso, aqui, temos alguns problemas neste momento, porque um dos nossos parceiros, o mais importante para o Brasil, que é a Argentina, tem dificuldades graves neste momento, que são passageiras.

Portanto, a idéia do Mercosul é uma idéia que há de prevalecer.

Nós sempre dissemos aqui, no Brasil, que não só o Mercosul, mas outras experiências, como nós temos aqui, South-South, por exemplo, na questão do Mercado Comum Andino, em que também existe uma experiência.

Outra na integração centro-americana. Há várias experiências. De todas, talvez a mais avançada seja a do Mercosul.

Nós nunca pensamos essa experiência, para parafrasear o que aconteceu na Europa, como se fosse uma fortaleza contra outras experiências. Não é para isolar o Mercosul de outras experiências. Muito freqüentemente, aqui se colocou o Mercosul como em contraposição à Alca, quer dizer, à integração hemisférica, ou em contraposição à União Européia. Não é bem assim.

Estamos negociando, neste momento, além do Mercosul, uma relação com a União Européia – do Mercosul com a União Européia –, que está avançada. Teremos, em maio, uma nova reunião. Mas é uma integração comercial de áreas de livre-comércio. Não se trata de proposta de união aduaneira, nem tem o aspecto, digamos, mais amplo de uma visão política nessa integração. É uma integração de tipo comercial.

Da mesma maneira que a Alca. A Alca é uma integração comercial, é uma proposta comercial, que será aceita ou não – e, aí, de novo, o professor Stern –, dependendo do nosso interesse. Se abre mais ou menos, dependendo do nosso interesse. A questão toda, em uma negociação comercial, é ter bem claro qual é o interesse, e não imaginar que uma negociação dessa natureza é fácil. Ela é muito difícil. Tem que ser sempre um “dá cá, toma lá”. Não pode ser em uma só via.

O Congresso americano acabou de aprovar o *fast track* para a negociação com a Alca. Mas aprovou com condicionantes que, se forem levados ao pé da letra, significa que não vai haver Alca. Porque eu já declarei, com muita clareza, lá em Quebec, quais as condições que nós apresentávamos para aceitar a negociação.

É claro que a política é dinâmica. Isso ainda não foi aprovado pelo Senado. É claro que o Presidente americano vai ter uma certa margem de manobra. Mas são sempre processos muito complexos.

Nós vamos partir sempre da nossa experiência do Mercosul. E existe uma negociação com os Estados Unidos, chamado 4 + 1, ou Rose Garden – os nomes diplomáticos vão variando. Isso significa uma relação em que se negocia com os Estados Unidos mais os quatro países em conjunto: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Temos associação

com a Bolívia e com o Chile, mas o Chile está fazendo uma negociação por conta própria com os Estados Unidos.

Enfim, existe, já, uma experiência de integração. E nós temos tentado trazer, na direção Sul–Sul, temos tentado trazer, para essas nossas reuniões, Presidentes da África. Já o Presidente de Moçambique e o Presidente da África do Sul participaram de reuniões do Mercosul, convidados por nós. Porque existem mecanismos integradores na África também. No caso nosso, interessam muito os mecanismos no sul da África, e nós temos buscado esse tipo de aproximação. Outros países, como o Chile, têm uma participação da Asean, lá com a Ásia Pacífica.

Enfim, esse é o mundo de hoje. O mundo de hoje é um mundo em que os blocos comerciais estão se organizando. Existe a possibilidade, aberta agora pela reunião de Doha, de uma negociação multilateral que é muito importante para nós. E são formas de comércio. E comércio não é integração. Quando se faz um acordo comercial, não se está negociando soberania. Aqui, muito freqüentemente, se discute isso. Soberania ninguém pode negociar. É inegociável. O que se pode negociar são itens de comércio. Vale a pena ou não vale a pena fazer um acordo desse tipo ou daquele tipo?

Quando o comércio se expande bastante – isso já foi demonstrado –, há uma vantagem grande, porque você tem fluxos de recursos maiores, dependendo da condição da negociação, se o comércio for um comércio *fair*, se for um comércio, realmente, em que exista uma aceitação dos interesses dos vários lados da questão envolvidos.

Esse espírito é que acho que conta. Quando se fala, aqui, em Sul–Sul, é o espírito que conta. É muito importante que tenhamos sempre presente, nas nossas negociações de comércio, que somos a parte mais fraca, o Sul. Sendo a parte mais fraca, quanto mais tenhamos a capacidade de nos organizarmos para colocar, com força, os nossos interesses, melhor será.

E devíamos pensar um pouco na linha do que eu disse, no final da minha exposição aqui: o mundo está mudando muito, e, hoje, existe uma consciência planetária. Portanto, os interesses dos mais pobres e mesmo os dos menos pobres entre os mais pobres, como é o nosso caso, no Brasil, não podem ser pensados como se não produzissem uma certa sensibilidade no Norte. Porque produz a sensibilidade no Norte. E o

Norte não é homogêneo, tem interesses que são diferenciados também. Não dá para pensar o mundo mais como um país contra o outro, nem um bloco contra o outro.

Existe essa espécie de “sociedade em formação”, que é – não posso dizer a palavra, porque sou Presidente – supranacional. Mas existe, é planetária. E não vai acabar com o interesse nacional, mas vai ser um fator que, utilizado pelos países, pelo interesse nacional, de forma adequada, será positivo e não negativo.

Eu não gostaria de dizer que tenho um papel de liderança como o país que, aquele que. Mas, entre os países que estão atuando nessa direção, o Brasil tem um lugar, certamente. Por quê? Porque, aqui, temos um programa de combate à Aids, que teve sucesso. E as razões do sucesso não são difíceis de ser descritas.

Em primeiro lugar, temos, hoje, no nosso sistema de saúde pública, acesso, por parte dos portadores de Aids aberto e gratuito para todos, é totalmente livre. Todos os brasileiros têm direito, não há distinção. E é tudo custeado pelo Governo.

Esse programa nos custa, não sei exatamente em dólar, porque o dólar varia, agora está caindo, mas deve custar uns 400 milhões de dólares por ano. É bastante para um país como o Brasil. Mas é tudo gratuito. Mas essa não é a razão fundamental. A razão fundamental é que esse programa foi feito com a cooperação ativa das organizações não-governamentais, lideradas pelos próprios portadores do vírus. Isso foi decisivo. Houve uma mobilização da sociedade e houve uma cooperação entre o Governo e as organizações não-governamentais. E uma forte fiscalização por parte das organizações não-governamentais e da mídia sobre esse programa.

Então, conseguimos, primeiro, estancar o crescimento da moléstia e, agora, reduzir o crescimento da moléstia. E conseguimos ir identificando as várias regiões e tal. Mais ainda: como o Governo paga, o Governo se empenhou por ter remédios mais baratos. Daí o genérico e, daí, a questão das patentes, em que lutamos, com muita força, para mostrar que, em certas circunstâncias, o Governo tem o direito de obrigar, compulsoriamente, a que se produzam remédios no País. E que se os labora-

tórios não quiserem produzi-los a preço adequado, o Governo copia a fórmula e faz o genérico.

Temos tido êxito. As empresas estão, cada vez mais, não só vindo para cá para produzir genérico. Buscamos apoio na Índia, buscamos apoio em Israel, buscamos apoio nos vários países onde isso é possível. E hoje estamos instalando uma indústria de genéricos e não só para a Aids, mas, em geral, os genéricos, com grande sucesso.

Conseguimos também que a Organização Mundial de Saúde e a Organização Mundial do Comércio e, agora, de novo, em Doha, reconhecessem que a vida prevalece sobre o mercado, a vida vale mais do que o dinheiro. Em certas circunstâncias não é possível. O lucro é importante, é uma mola no crescimento econômico, mas a vida é uma mola da humanidade. E sem que nós preservemos a vida, em certas circunstâncias não é aceitável o lucro.

Essa tese venceu. E venceu, novamente, agora, em Doha. Não venceu no sentido de destruir patentes. Aqui, muitos somos intelectuais. Não consegui inventar nada para patentear. Mas, se tivesse conseguido, eu gostaria de patentear e que fosse respeitada a patente. Agora, isso não pode ser contra o interesse da maioria, não pode ser contra o interesse da humanidade. Há limites para a preservação da patente.

Então, nesse sentido, a nossa experiência no Brasil de combate à Aids e de mobilização da sociedade, a possibilidade de existência de recursos adequados, a produção de remédios sob a forma de genéricos, e a luta política, no plano internacional, no sentido de que haja a possibilidade de limitações ao uso da patente, quando a patente é contra a vida, credenciaram o Brasil a ser um dos países – e tomara que todos estejam na mesma posição – mais ativos nessa visão do mundo, que é uma visão, realmente, que me parece fundamental para um mundo no qual ou a solidariedade avança ou nós vamos ter, no futuro, muita dor de cabeça. Essa questão é vital, e não é só para nós.

Quando se conhece, e eu conheço razoavelmente a África, vê-se que é muito importante que haja uma ação coletiva de sustentação à luta contra esse tipo de epidemia e com uma forma, assim, muito corajosa e muito aberta.

Muito obrigado.